

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 726/2024

AUTOR: Deputado GIPÃO

ASSUNTO: Institui a obrigatoriedade de alimentação especial para pessoas com necessidades nutricionais - celíacos, intolerantes à lactose, diabéticos, autistas, nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual e privada no Estado do Tocantins e dá outras providências criando o "Programa Alimentação Inclusiva".

RELATOR: Deputado LUCIANO OLIVEIRA

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PARECER

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado GIPÃO, o Projeto de Lei nº 726/2024, que "Institui a obrigatoriedade de alimentação especial para pessoas com necessidades nutricionais - celíacos, intolerantes à lactose, diabéticos, autistas, nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual e privada no Estado do Tocantins e dá outras providências criando o "Programa Alimentação Inclusiva".

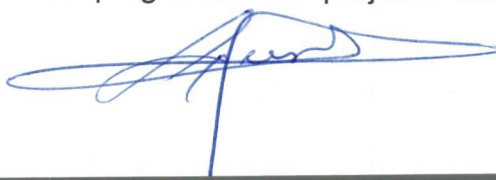
Aduz o autor que a presente propositura tem como objetivo o direito das pessoas com necessidades nutricionais, tais como celíacos, intolerantes à lactose, diabéticos, autistas dentre outras.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que concluiu que a matéria se encontra de acordo com a ordem constitucional e legal.

Assim, vem a esta Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, a qual cabe fazer análise quanto aos aspectos financeiro e orçamentário.

Analisando o Projeto em pauta, institui a obrigatoriedade de alimentação especial para pessoas com necessidades nutricionais, o que implica em aumento de despesas.

Deste modo, a proposta encontra óbice em seu prosseguimento, pois constitui ofensa ao art. 167, I, da Constituição Federal c/c o art. 82, inciso I, da Constituição Estadual, em que veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei de orçamentária anual.



Além disso, convém destacar que a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento a alimentação escolar; definindo a alimentação escolar como todo alimento oferecido no âmbito escolar, durante o período letivo, foi modificada em seu art. 2º, §2º, para garantir que esta seja adequada para alunos com condições de saúde específicas, como alergias, diabetes ou intolerância à lactose.

E, em atendimento à referida Lei, a Secretaria de Estado da Educação do Estado, designa nutricionistas em todas as Superintendências Regionais de Ensino para a elaboração de cardápios nas categorias cardápio normal – integral e parcial, cardápio *diabetes mellitus* – integral e normal, cardápio hipertensão arterial – integral e parcial, cardápio intolerância a lactose - integral e normal e cardápio doença celíaca – integral e normal.

Deste modo, verifica-se que a matéria já se encontra disciplinada por meio da Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009, e aplicada no Estado do Tocantins.

Ante o exposto, e por contrariar as normas orçamentárias, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº **726/2024**, visto que gera despesas e não estão incluídos na lei orçamentária anual e, ainda já se encontra disciplinado em lei federal.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2025.



Deputado LUCIANO OLIVEIRA

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, aprovou o Parecer do Relator Deputado LUCIANO OLIVEIRA referente ao(a) PL 726 / 2024

Obs.....

Encaminhe-se (a) ao ARQUIVO

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2025.

Deputado **OLYNTHO NETO**

Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. OLYNTHO NETO (x)	Dep. NILTON FRANCO ()
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x)	Dep. LEO BARBOSA (x)
Dep. EDUARDO MANTOAN (x)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO ()
Dep. EDUARDO FORTES (x)	Dep. GUTIERRES TORQUATO ()
Dep. GIPÃO (x)	Dep. LUCIANO OLIVEIRA (x)

MEMBROS SUPLENTE